

ECAS 2013

5th European Conference on African Studies (Lisbon)

June
27-29



African Dynamics in a Multipolar World

ISCTE - Lisbon University Institute

ECAS 2013

5th European Conference on African Studies

African Dynamics in a Multipolar World

©2014 Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

ISBN: 978-989-732-364-5

INTERROGANDO A ‘TERCEIRA ÁFRICA’: COLONIALISMO, CAPITALISMO E NACIONALISMO BRANCO EM ÁFRICA AUSTRAL

Maria Paula Meneses

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

mpmeneses@gmail.com

Catarina Antunes Gomes

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

catarinaag@ces.uc.pt

Resumo

Na última metade do século XX, a cartografia de poder no cone austral do continente africano mostra uma complexa realidade, onde se destaca a África do Sul, independente desde o início do século e controlada por um governo de minoria branca até finais do séc. XX, a Rodésia do Sul, com uma independência unilateral declarada em 1965 e o 'protetorado' do Sudoeste africano, sob tutela sul-africana. Essa cartografia mostra também que, em 1974, parte significativa da população branca no continente estava concentrada no extremo austral, em Moçambique, Angola, África do Sul e Rodésia e que Angola e Moçambique representavam, juntamente com o Sudoeste Africano, uma zona tampão de segurança fundamental para os regimes minoritários brancos da Rodésia e da África do Sul.

Esta realidade extremamente complexa irá influenciar as alianças políticas e militares na região, assim como os processos de 'descolonização' e independência das colónias portuguesas de Angola e Moçambique. De fato, uma análise mais profunda e detalhada destes processos históricos desvela os embates fraturantes entre distintos projetos de independência e de descolonização dos territórios ultramarinos de Angola e Moçambique – uns de cariz neocolonial, guiados pelos propósitos de manter os futuros países na esfera de influência direta de Portugal, assegurando, por essa via, e em estreitas relações com as potências coloniais da região, a sua exploração capitalista; outros que pugnavam por independências efectivamente africanas com a indispensável transferência de soberania.

A presente comunicação procurará mostrar como aos projectos de carácter neocolonial está associada a emergência de formas de nacionalismo branco que almejaram a perpetuação da condição de dominação dos territórios de Angola e Moçambique. Esses projectos serão analisados à luz dos jogos regionais, os quais ambicionavam edificar uma 'Terceira África' – para utilizar a expressão de Eschel Rhodie (1968), sob o jugo do poder branco. Neste sentido também, a comunicação irá dar particular realce às formas pelas quais a estes ensejos neocoloniais se aliam importantes não projetos e relações do capitalismo internacional, desempenhando, a este nível, um papel de relevo não só as potências coloniais da região, mas também os interesses do capital do Ocidente.

Palavras Chave: Colonialismo, capitalismo, Angola, Moçambique

Introdução

Na última metade do século XX, a cartografia de poder no cone austral do continente africano mostra uma complexa realidade, onde se destaca a África do Sul, independente desde o início do século e controlada por um governo de minoria branca até finais do séc. XX, a Rodésia do Sul, com uma independência unilateral declarada em 1965 e o 'protetorado' do Sudoeste africano, sob tutela sul-africana. Essa cartografia mostra também que, em 1974, parte significativa da população branca no continente estava concentrada no extremo austral, em Moçambique, Angola, África do Sul e Rodésia e que Angola e Moçambique representavam, juntamente com o Sudoeste Africano, uma zona tampão de segurança fundamental para os regimes minoritários brancos da Rodésia e da África do Sul.

Esta realidade extremamente complexa irá influenciar as alianças políticas e militares na região, assim como os processos de 'descolonização' e independência das colónias portuguesas de Angola e Moçambique. De fato, uma análise mais profunda e detalhada destes processos históricos desvela os embates fraturantes entre distintos projetos de independência e de descolonização dos territórios ultramarinos de Angola e Moçambique – uns de cariz neocolonial, guiados pelos propósitos de manter os futuros países na esfera de influência direta de Portugal, assegurando, por essa via, e em estreitas relações com as potências coloniais da região, a sua exploração capitalista; outros que pugnavam por independências efectivamente africanas com a indispensável transferência de soberania.

Focando, sobretudo, a última década do domínio colonial português, a presente comunicação procurará mostrar como aos projectos de carácter neocolonial está associada a emergência de formas de nacionalismo branco que almejaram a perpetuação da condição de dominação dos

territórios de Angola e Moçambique.¹ Esses projectos serão analisados à luz dos jogos regionais, os quais ambicionavam edificar uma ‘Terceira África’ – para utilizar a expressão de Eschel Rhoodie (1968), sob o jugo do poder branco. Neste sentido também, a comunicação irá dar particular realce às formas pelas quais a estes ensejos neocoloniais se aliam importantes relações do capitalismo internacional, desempenhando, a este nível, um papel de relevo não só as potências coloniais da região, mas também os interesses do capital do Ocidente.

I. Contextos

No início da década de 60, Portugal passa a considerar como territórios ultramarinos essenciais, Moçambique, Angola e Cabo Verde.² Com um certo desanuviamento das relações entre os EUA e Portugal em torno da questão colonial (especialmente na ONU³), ainda na era Kennedy,⁴ o governo português vai aprofundar as suas relações políticas, económicas e militares com os ‘seus aliados’ na região: África do Sul, Rodésia e, em menor escala, com o Malawi e o Zaire. De fato, desde essa altura que passou a estar em cima da mesa a possibilidade de se ampliarem “*formas de cooperação económica a serem reguladas por tratados bilaterais*”, e de se acordarem “*pactos militares secretos de assistência mútua local*”.⁵ Para a África do Sul e Rodésia, regimes de minoria branca com economias em expansão e dispendo de importantes forças militares, a cooperação com Portugal era imprescindível para sustentar a onda nacionalista negra.

¹ A discussão sobre este tema é indissociável do fato de ambos os territórios terem sido constituído como colónias de povoamento. Por uma questão de economia de texto, não iremos abordar este último tópico.

² A situação geoestratégica de Cabo Verde explica a sua inclusão.

³ Em 1960, o ‘Ano de África’, ascenderam à independência catorze antigas colónias em África, tomando estas assento na Assembleia Geral da ONU e ampliando o bloco afro-asiático anticolonial.

⁴ Tendo tomado posse em 1960, o governo Kennedy adotou inicialmente uma política de franco apoio ao nacionalismo africano, como forma de evitar o alastrar da influência comunista no continente.

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo -Arquivo de Salazar: AOS/CO/NE-30B, de Abril de 1962, “*Ensaio sobre os pontos referidos no discurso do Presidente do Conselho na Assembleia Nacional*”.

A condição essencial para o sucesso da luta ‘anti-subversiva’ na região e para a continuidade do projecto colonial-capitalista das minorias brancas, era, pois, a cooperação entre África do Sul, Rodésia e as colónias de Angola e Moçambique (e, num outro patamar, com o Malawi e o Zaire). Para o governo minoritário sul-africano, a possibilidade de uma Angola ou um Moçambique independente, governado por um regime político oriundo de um movimento de libertação representava, de fato, vários perigos: alargava a fronteira à infiltração da guerrilha nacionalista, ameaçava o vital acesso ao mar e, acima de tudo, punha em causa a hegemonia branca, trazendo para a ribalta a questão da descolonização. A importância destas alianças para a sobrevivência do *status quo* político existente levou Ian Smith, primeiro-ministro rodesiano, a afirmar, nas suas memórias, que “*se estivesse Salazar mais uma década no poder, a Rodésia teria sobrevivido*” (1997: 73).

Pese embora as aparentes ruturas em relação ao paradigma salazarista, o governo de Marcello Caetano manteve um referencial nacionalista de carácter colonial, ao insistir, nomeadamente, que, na revisão constitucional, a estrutura política promulgada na Constituição de 1933 – o Portugal imperial uno e indivisível – deveria ser preservada (1970: 14). Caetano procura solucionar este potencial nó de górdio através do princípio de ‘autonomia progressiva’ dos territórios ultramarinos, anunciando que tal autonomia deveria ser ‘participada’ na forma de eleições para as assembleias legislativas dos territórios.⁶ Mas, na realidade, esta proposta procurava abrir caminho para uma solução política da questão colonial, em moldes que satisfizessem os desejos da população colona. Caetano defendia abertamente a permanência de

⁶ Na verdade, este princípio de ‘autonomia progressiva’, seria reconhecido, em 1971, por uma revisão constitucional, e, em 1972, pela nova Lei Orgânica do Ultramar e dos Estatutos Territoriais, pela qual se estabeleceu que “*as províncias ultramarinas são parte integrante da Nação, com estatutos próprios como regiões autónomas, podendo ser designadas por Estados, de acordo com a tradição nacional, quando o progresso do seu meio social e a complexidade da sua administração justifiquem essa qualificação honorífica*” (Lei n.º 5/72 de 23 de Junho, Capítulo II, Base II, artigo 1). Recebendo o título honorífico de Estado, Angola e Moçambique foram dotados com governos, assembleias legislativas e tribunais próprios, prenúncio de um futuro federalista.

Portugal no xadrez ultramarino. Nas suas palavras: “*a defesa do Ultramar português não afrouxará no plano diplomático, como não fraquejará no plano interno*” (1969: 5). Mas, no fundo, quer Caetano, quer vários grupos de militares e colonos, procuravam as condições para a independência controlada das colónias, através de propostas de autonomia progressiva.⁷

Numa entrevista realizada em 1976, Marcello Caetano enfatizaria a sua certeza de que qualquer solução para a ‘questão ultramarina’ teria de obedecer a duas condições essenciais: “*garantir a presença ativa de elementos civilizados nos territórios onde habitavam e assegurar a continuidade da cultura portuguesa nesses territórios*”. Para Caetano, a lenta abertura às mudanças que propunha deveriam conduzir à formação de “*sociedades multirraciais nas províncias ultramarinas*” (1976: 11 - 12). Este projeto de matriz lusotropicalista e neocolonial, assentava no referencial monocultural da “*Comunidade Lusítada*”, à qual os africanos se deveriam assimilar cultural, linguística, moral e intelectualmente, como condição para exercer a sua cidadania. Pese embora a necessidade de se distanciar dos regimes racistas de África do Sul e Rodésia, dado o seu discurso e propaganda lusotropicalista, o modelo de emancipação para Angola ou Moçambique deveria seguir os passos da Rodésia ou África do Sul, já que a autonomia destes territórios seria apenas concebível na condição “*de que a África portuguesa continue a ter a alma portuguesa e que nela prossiga a vida e obra de quantos se honram e orgulham de portugueses ser*” (Caetano, 1976: 13).

Em suma, o governo português avançava com um ensaio de autonomia, em que ambos os territórios permaneceriam reféns de um projeto nacional ‘pluriétnico’, com capital em Lisboa (Jardim, 1976). Neste projeto, Lisboa mantinha a prerrogativa de dissolver as assembleias, bem como nomear governadores com poder de veto sobre diplomas legislativos dos novos Estados.

⁷ Foram exemplo destas tentativas o caso das negociações com o movimento nacionalista do PAIGC, na Guiné-Bissau (Spínola, 1974; Caetano, 1976: 119) e as negociações de Jorge Jardim com a Zâmbia, através de Mark Chona (Jardim, 1976; Entrevista de Mark Chona e Aquino de Bragança no *Expresso Revista*, de 3 de Dezembro de 1976).

Por estes motivos, Guerra (1988) interpreta esta ‘demagogia liberalizante’ como estratégia destinada a assegurar a sobrevivência do poder colonial português em roupagens neocoloniais.

II. Projectos rivais

Moçambique

Foque-se, por instantes, a atenção no caso de Moçambique. Face ao avanço da guerra e à crescente desconfiança dos movimentos nacionalistas perante a (im)possibilidade de ascender à independência através de negociação, a cisão entre o grupo dos colonos e o dos africanos foi aumentando, apostando estes últimos, crescentemente, na força da ação militar para alcançar a independência. Esta situação tornava urgente a tomada de medidas que tornassem possíveis a permanência da presença colona em Moçambique.

Neste sentido, um dos mais proeminentes industriais da Beira, Jorge Jardim,⁸ avançou, ainda em 1973, com uma proposta de autonomia para Moçambique. O documento secreto – o Programa de Lusaka, como ficou conhecido –, e que foi apresentado a Marcello Caetano em finais de 1973, contava com o acordo do então Presidente da Zâmbia, Keneth Kaunda.⁹ O Programa realçava a necessidade de proteção dos milhares de brancos da África austral, cuja presença era considerada como uma “*realidade geográfica, histórica, social e cultural que terá tremenda influência no desenvolvimento humano nesta parte do mundo*”. Era objetivo deste Programa o “*estabelecimento de uma Comunidade Lusíada compreendendo os antigos*

⁸ Jorge Jardim, ex-secretário de Estado de Salazar, fixou-se em Moçambique nos anos de 1950, onde construiu um império económico, a partir do seu cargo de administrador de várias empresas do grupo Champalimaud. Detinha ainda interesses no Banco do Malawi e nas indústrias de cimento e papel da Suazilândia. Jardim gozava ainda de influência junto dos governos do Malawi e da Zâmbia.

⁹ O documento seguiu para Lisboa depois de obter a aprovação da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), principal movimento nacionalista em Moçambique, do COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique) e de opositores, não guerrilheiros, ao regime colonial (Entrevista de Mark Chona e Aquino de Bragança no *Expresso Revista*, de 3 de Dezembro de 1976). Entrevistas realizadas em Moçambique, em 2011 e 2012.

territórios portugueses incluindo o Brasil”. Preconizava-se, assim, uma associação “na qual Portugal teria uma posição dominante”. Finalmente, estabelecia como critério central da política a prosseguir no pós-independência de Moçambique, que o “*novo sistema político para os novos países independentes*” fosse capaz de assegurar a “*proteção para todos os moçambicanos e promover o seu bem-estar sem consideração de raça, cor, credo ou origem étnica. De particular importância para o Governo Português é o futuro de uma grande população de origem portuguesa*” (Jardim, 1976: 384-400).

Após o 25 de Abril, a primeira proposta avançada pelo governo português quanto às independências das colónias preconizava a manutenção metamorfoseada do império, desta feita numa base federalista (opção defendida por Spínola¹⁰). Tal proposta acabou por ser abandonada em prol da alternativa elaborada pelo governo de Palma Carlos, empossado após o golpe. Palma Carlos era partidário do princípio de autodeterminação através de consultas diretas às populações ultramarinas¹¹ (Ruas, s/d), onde se incluiria a opinião dos colonos. Ambos os projectos foram vistos, no contexto de Moçambique, por exemplo, como uma solução neocolonial para a guerra, e recusados pela FRELIMO.¹² Todavia, esta alternativa é cilindrada pelo curso dos acontecimentos: no início de junho, 107 militares em Moçambique assinavam uma exposição onde afirmavam “*pelo conhecimento concreto da realidade, ser a Frelimo o único e indiscutível representante do Povo de Moçambique*” e onde declaravam pugnar pelo imediato reconhecimento do direito à independência do povo moçambicano e pelo fim da guerra. O rápido desenrolar dos fatos, como revela Almeida Santos, na altura ministro da

¹⁰ Veja o livro de Spínola, “*Portugal e o Futuro*”, publicado no início de 1974.

¹¹ Sublinhe-se a este propósito que que nos meandros do poder em Portugal, na altura, prevalecia a ideia de que a solução política para o Ultramar passaria por uma consulta às populações, com a qual “*se procuraria que o Ultramar continuasse ligado a Portugal*” (Silvério Marques, 2010: 50).

¹² Face a esta posição de Portugal, a FRELIMO prosseguiu a luta armada (Moiane, 2009; Afonso e Matos Gomes, 2010), até ao acordo de cessar-fogo de 7 de Setembro de 1974.

Coordenação Interterritorial (“*um nome que, no fundo, disfarçava o que restava do antigo Ministério do Ultramar*”),¹³ e que coordenou a negociação da transição, por parte de Portugal, fez com que possibilidade de referendar as condições da independência fosse rapidamente posta de lado, a favor do direito à autodeterminação sob a liderança do movimento que liderava a luta armada contra a presença colonial, a FRELIMO.

Segundo Guerra, só em Junho de 1974 é que a estrutura da PIDE/DGS foi desmantelada em Moçambique e foi emitido mandato de captura contra Jorge Jardim – num momento em que as milícias deste “*se movimentavam já no Centro do país*”. O autor informa ainda que, até esse momento, Jardim “*pôs em pé de guerra uma unidade de um milhar de homens, na sua maioria, desertores da FRELIMO. Em Lisboa, e em nome de Jorge Jardim, eram recrutados mercenários a 45 contos por mês (15 vezes o salário mínimo então criado) para combater a FRELIMO e no centro de Moçambique registavam-se as primeiras ações de sabotagem*” (1988: 77). Ultrapassado pelo curso da história, Jardim tentaria, sem sucesso, várias manobras de aproximação à FRELIMO na tentativa de fazer singrar o seu projeto. Mas a situação política havia mudado radicalmente e na cena política moçambicana emerge, após o 25 de Abril, uma multitude de atores (cerca de 45 grupos, organizações e partidos).¹⁴ Estes atores representavam tanto opções políticas de esquerda – como os Democratas de Moçambique – como de extrema-direita, como os Dragões da Morte. Incluíam tanto apelos à raiz africana (caso do GUMO, UNIPOMO, COREMO, entre outros), como movimentos de colonos brancos (Federalistas,

¹³ Entrevista realizada em Abril de 2012.

¹⁴ Entre maio e Setembro de 1974 surgem ou estabelecem-se em Moçambique o FUMO – Frente Unida Democrática de Moçambique, o FRECOMO – Frente Comum de Moçambique, o GUMO – Grupo Unido de Moçambique, o MML – Movimento Moçambique Livre, o MONAUMO – Movimento Nacionalista Africano de União de Moçambique, o MONIPAMO – Movimento Nacional para a Independência dos Povos de Moçambique, o FICO – Ficar Convivendo, a Convergência Nacional, o COREMO – Comité Revolucionário de Moçambique, o FNI – Frente Nacional Integracionista de Moçambique, o PCN – Partido de Coligação Nacional, o UNIPOMO – União dos Povos de Moçambique, a AMA – Ação Moçambicana Armada, o PRUMO – Progresso Unido de Moçambique, os Dragões da Morte, etc.

Convergência Democrática, FICO, etc.). No seu conjunto, reflectiam uma grande diversidade política, prenúncio de uma luta cerrada pelo poder, na qual participavam grupos de interesses económicos e na qual estava envolvidos importantes apoios regionais

A instabilidade política aumentava à medida que avançavam as negociações com a FRELIMO. O grupo de portugueses brancos, menos esclarecidos, e insistindo na defesa de um Moçambique conforme aos ideais de 'portugalidade', iria envolver-se numa situação extrema – o 7 de Setembro de 1974. Os acontecimentos de Lourenço Marques de 7 de Setembro constituíram uma forma de protesto contra a transferência unilateral do poder para a FRELIMO, por parte de um grupo de colonos brancos que se sentiu excluído e ultrapassado pelo processo político (Saavedra, 1975): a sua posição, enquanto terceira força, não era ouvida e a instabilidade e insegurança aumentavam com as pilhagens e roubos que ocorriam um pouco por toda a parte, numa altura em que as forças de defesa e segurança portuguesas actuavam, essencialmente, em acções de autodefesa e de protecção da população civil (Oliveira, 1978).¹⁵ Politicamente, o 7 de Setembro, ficou conhecida como Movimento Moçambique Livre (MML), refletiu o agregar dos interesses de vários agrupamentos, como o grupo FICO,¹⁶ a Convergência¹⁷ e ex-comandos agrupados nos 'Dragões da Morte', aos quais se juntaram alguns negros que se opunham à FRELIMO. O carácter neocolonial do movimento era manifesto, quer nos pronunciamentos políticos, quer nos símbolos usados durante o levantamento, no fato de se exibir a bandeira de Portugal.

Durante 4 dias, e explorando sentimentalismos patrióticos, o MML, apoiado indirectamente pelos interesses económicos ligados a Moçambique, acionou a revolta da

¹⁵ Os Acordos de Lusaka estabeleceram as condições do cessar-fogo entre as duas frentes, bem como as condições da transição para a independência de Moçambique.

¹⁶ Que agregava essencialmente a pequena burguesia colona, branca.

¹⁷ Que representava os interesses da burguesia colonial capitalista.

população branca, especialmente em Lourenço Marques¹⁸: uma massa importante de colonos ocupou o Rádio Clube de Moçambique e o aeroporto. Libertaram uma centena de agentes e graduados da PIDE/DGS que se encontravam detidos em cadeias, tendo grande parte deles rumado a África do Sul, onde tinha sido criado um posto de acolhimento para os receber. Milícias brancas circulavam pelos subúrbios da cidade, ameaçando e matando civis negros, identificados como membros da FRELIMO.¹⁹ Os confrontos eram inevitáveis, com brancos a disparar contra civis negros; noutras zonas da cidade os negros retaliaram com paus e catanas.²⁰

Como vários militares portugueses então presentes em Moçambique referiram,²¹ a sobrevivência efémera, do Movimento Moçambique Livre, deveu-se a vários fatores: centrou-se nas duas maiores cidades, onde vivia parte importante da população branca (Lourenço Marques e Beira); actuou num cenário de crise de autoridade, caracterizado pela ausência de um dispositivo militar adequado às relações de força em presença, e, finalmente, à indecisão dos altos comandos militares em exercício (como aconteceu, por exemplo, em Nampula). Igualmente convém referir que, apesar dos insistentes apelos dos integrantes do MML, quer a África do Sul, quer a Rodésia mantiveram-se à distância. No seu conjunto, estes factores votaram o movimento ao fracasso. Para um participante do 7 de Setembro, esta derrota significou, “*o sonho desfeito de um Moçambique que tínhamos idealizado com base no modelo rodesiano, aliado do Ocidente*”. O fim do MML simbolizou para os seus membros “*o ruir de todas as últimas esperanças, a*

¹⁸ Sucederam-se várias tentativas de levantamento pelo país, mas a única que conheceu algum sucesso, face à presença das Forças Armadas, aconteceu em Lourenço Marques.

¹⁹ Como refere Norrie MacQueen (1997: 45), aos olhos de muitos portugueses politicamente pouco esclarecidos, a FRELIMO representava, sobretudo, um grupo terrorista e desorganizado, cuja ação se circunscrevia a zonas remotas do norte de Moçambique

²⁰ Segundo números oficiais, nos dias que se seguiram morreram 82 pessoas e registaram-se 472 feridos. As pilhagens que se sucederam, um pouco por todo o Moçambique, na sequência dos acontecimentos de 7 de Setembro de 1974 paralisaram inúmeras actividades económicas, tendo um profundo impacto negativo na economia local (Oliveira, 1978).

²¹ Entrevistas realizadas em 2011 e 2012.

inimaginável matança, a selvajaria completa, brutal inesperada” (Castilho, 2002: 474). E, nas palavras de um colono, foi “*o dia em que morreu Moçambique plurirracial*”.²²

Após 4 dias de revolta, a tropa portuguesa ‘libertou’ o aeroporto e o Rádio Clube, restaurando a ordem com apoio das tropas da FRELIMO, que, entretanto, foram chegando a Lourenço Marques na sequência dos Acordos. A 20 de Setembro, Joaquim Chissano, por parte da FRELIMO, assumiu o cargo de chefe do Governo de Transição, conduzindo, em conjunto com representantes portugueses,²³ Moçambique à independência, em Junho de 1975.

Angola

Na primeira metade de 1974 havia em Angola a UNA – União Nacional Angolana, o PCDA – Partido Cristão Democrata de Angola, a FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, a FUA – Frente Unida de Angola, o ESINA – Exército Secreto de Intervenção Nacional de Angola, o MOPUA - Movimento Popular de Unidade Angolana, a Associação Cívica Pró-Angola e a Frente Nacionalista. A estes, há que acrescentar a FRA - Frente de Resistência Angolana, criada a 19 de Julho de 1974, por iniciativa de Nuno Cardoso da Silva, secretário de Silvério Marques, entre outros.²⁴ Nas palavras de um entrevistado:

(depois do 25 de Abril) começam a surgir organizações de brancos que pretendem obstaculizar a hipótese de uma independência negra. (...) O Esina... julgo que terá sido aquela que tomou, a partir de uma certa altura, maior destaque, porque pretendia constituir-se como uma espécie de movimento de libertação para combater a eventual independência pelos movimentos nacionalistas. (...) Sei que havia alguns oficiais do exército português que estariam em desacordo com a solução que o MFA defendia. Julgo que era financiado por interesses económicos aqui estabelecidos (...). A ideia que eu

²² Entrevistas realizadas em 2011.

²³ Um terço do governo era constituído por portugueses, sendo liderado por um Alto-comissário indigitado por Portugal – Vítor Crespo.

²⁴ Veja-se Cruz, 1976. Segundo Guerra (1988), a FRA tinha por ideólogos Fernando Pacheco Amorim e Francisco Roseira e era apoiada pelo último governador da Guiné, general Bettencourt Rodrigues, pelo major Mariz Fernandes, membro da facção spinolista do MFA, e por Silvério Marques.

*tenho é que a FRA e o ESINA constituíam uma mesma cabeça, sendo a FRA o braço político e o ESINA o braço armado.*²⁵

Embora longo, o testemunho de Carvalho Filho é esclarecedor quanto aos objectivos da FRA:

Uma solução rodesiana para independência foi dificultada, já que os colonos brancos sempre sofreram, por parte do Estado Salazarista, um forte cerceamento às suas ações políticas fora dos seus ditames ditatoriais que impediam anseios emancipacionistas mesmo que sob o controle de uma minoria branca. Entretanto, este sonho não foi totalmente descartado, já que por volta de 1974, a proposta então elaborada por ‘reacionários brancos’, ou seja, de uma descolonização nos moldes racista e capitalista era condenada pela maioria dos nacionalistas angolanos. [...] Ela supunha ‘um desenvolvimento capitalista acelerado da sociedade central’ colonial, numa ‘interação assimétrica’ com as sociedades nativas tradicionais, levando-as a ‘uma regressão/decomposição’. Esta proposta supunha, pelo menos durante um período considerável, a garantia de mão-de-obra negra barata para numerosas empresas com baixa rentabilidade, facilitando a expansão das plantações e das empresas pecuaristas. Isto seria garantido pela ‘reintrodução de uma discriminação racial legal’, tal como um Estatuto do Indigenato modificado. (...) Para manter sem dificuldades esta superexploração das massas africanas e a consequente posição socioeconómica privilegiada dos brancos, seria necessário que o poder estivesse, não nas mãos de uma burguesia racialmente mista, mas sim monopolizado pelos brancos. Deduzia-se como natural uma integração da política internacional de Angola com a política do apartheid sul-africano. [...] Os proponentes deste tipo de descolonização em 1974 preparavam exércitos secretos. Um deles era popularmente designado, em cópia brasileira, por ‘esquadrão da morte’ Entretanto, além deste havia outras organizações similares atuando na clandestinidade. Eram especializados em distribuir ‘panfletos... a brancos’, incitando-os ‘a atirar ao negro’, não perdendo balas. As siglas que abaixo-assinavam estes panfletos eram o ESINA (Exército Secreto de Intervenção Nacional de Angola) e a FRA (Frente de Resistência Angolana). Na verdade, seria imprudente considerar estas duas organizações, ou outras existentes, como grupos separados: eram apenas cabeças de uma mesma hidra reacionária” (s/d).²⁶ João Paulo Guerra refere também que “em Luanda, a FRA mantinha contactos com agrupamentos políticos fantoches, criados em Angola e promovidos por inspiração do general Spínola no âmbito do seu projeto federalista, como o Partido Cristão Democrata de Angola – PCDA, de António Joaquim Ferronha, e a União Nacional de Angola – UNA, de Angelino Alberto”(1988: 75).

²⁵ Luanda, Novembro de 2012.

²⁶ A FRA era composta por civis da Organização Provincial de Voluntários da Defesa Civil, por militares e paramilitares das Tropas Especiais, dos Flechas, do Serviço de Centralização e Coordenação das Informações de Angola e da 2ª Repartição (de Informações) do Estado-Maior. Dispunha da rede de transmissão da PIDE/DGS e mantinha contactos com África do Sul, através do coronel Santos e Castro e de Pinto Ferreira, graduado da PIDE que trabalhava com a polícia secreta de África do Sul (veja-se *Diário de Luanda*, edição de 17 de Novembro de 1975).

De modo similar às tentativas de desestabilização orquestradas em Moçambique, a FRA preparou um golpe de Estado que foi desmantelado pelo MFA a 23 de Outubro.²⁷

O estudo da situação angolana desvela assim, de modo similar, a presença de fortes divergências entre o MFA e segmentos mais conservadores das autoridades portuguesas que, inclusivamente, participavam da Junta de Salvação Nacional.²⁸ Tais divergências são exemplarmente visíveis nos conflitos entre as forças do MFA em Luanda e Silvério Marques, o último Governador de Angola, nomeado por Spínola. Para Silvério Marques, que chegou a Angola como Governador-geral em Maio de 1974, a sua missão consistia na “*preparação de eleições [...] e para encaminhar a preparação de um referendo sobre o destino político do País [...] , referendo que eu admitia que, realizado com seriedade, seria favorável à concepção tradicional portuguesa de uma Pátria multirracial*” (Silvério Marques, 2010: 53).²⁹

Aquando do 25 de Abril, o MFA, sob as ordens do Major Pezarat Correia, entra em Luanda. Segue-se um período de intensa turbulência, intensificada pelos profundos desacordos entre o MFA e Silvério Marques, sobretudo no que se refere ao futuro do território: seria este conforme a uma independência total à qual estaria associada uma necessária descolonização ou conforme a ideais de autonomia e/ou descentralização que permitiriam a continuação da presença e influência de Portugal sobre os territórios ultramarinos e a preservação da sua ‘identidade pluricontinental’? De fato, para Silvério Marques, íntimo de Kaúlza de Arriaga e adepto da

²⁷ Face ao fracassado golpe, os envolvidos refugiaram-se em África do Sul. Depois dos acordos de Alvor, terão regressado como quadros da UNITA e da FNLA, mantendo ligações à África do Sul, e aos grupos económicos Champalimaud, Espírito Santo e Borges. Integrando grupos de mercenários, contribuíram para a desestabilização do país (Guerra, 1988).

²⁸ Prevista pelo programa do MFA, a Junta era presidida, como referido, por Spínola. Foi instituída a 26 de Abril de 1974 e vigorou até 1975. A 15 de Maio, Spínola é designado como Presidente da República, exercendo o cargo até 28 de Setembro do mesmo ano por renúncia.

²⁹ Relembrando, na busca de uma solução política para a questão colonial, estas eleições incluíam a participação central da comunidade branca, colona, já que o objectivo político então era o de manter a ligação do espaço ultramarino africano a Portugal.

solução federalista de Spínola, o “*fim de Portugal Ultramarino [...] representou mais que transição, verdadeira ruptura, e o mais importante e desastroso acontecimento histórico*”, pois “*constitucionalmente as Províncias Ultramarinas não ‘eram de Portugal’, mas sim ‘eram Portugal’*” (2010: 43-44).

Após o efémero governo de 35 dias de Silvério Marques, chega a Luanda, a 25 de Julho de 1974 o Almirante Rosa Coutinho, integrando este a Junta Governativa de Angola, órgão colegial de governo do território, e, a 9 de Agosto, é apresentado o primeiro programa de descolonização. O programa previa a formação de um Governo provisório de coligação, após a assinatura de um cessar-fogo com os movimentos de libertação. Estes integrariam um gabinete juntamente com representantes dos grupos étnicos mais representativos e nos quais se incluía o grupo ‘dos brancos’, pretendendo-se com esta medida acalmar os receios da população branca. Em Angola, MPLA e FNLA rejeitam a proposta. Em Portugal, esta é bem acolhida, mas não recebe explícito compromisso dos sectores mais conservadores e do presidente da República, Spínola. De acordo com um testemunho da época: “Depois do Silvério Marques, vem o Rosa Coutinho. (...) O Alto Comissário, Silva Cardoso, ficou do lado desses grupos (defensores de uma independência branca). E começa a circular um boato: em Novembro, quando o MPLA chegasse a Luanda, eles iriam dar um golpe de Estado para assumir uma independência branca. O que se dizia na altura era: ‘os defensores da independência à rodesiana’, como a FRA”.³⁰

Entretanto, a 18 de Setembro de 1974, cerca de 500 oficiais das Forças Armadas portuguesas reúnem-se em Luanda e reafirmam a necessidade da descolonização ser realizada através dos três movimentos de libertação,³¹ por considerarem que o envolvimento destes na luta contra o poder colonial lhes conferia uma legitimidade revolucionária (Heimer, 1980). Mas,

³⁰ Entrevista realizada em Luanda, Novembro de 2012.

³¹ Além do já citado MPLA, lutavam ainda pela independência total de Angola a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola e a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola.

como referido, a posição do MFA enfrenta as resistências dos colonos, bem como os projetos rivais defendidos por altos responsáveis portugueses que recusam a descolonização nos moldes que propostos pelo movimento.

Simultaneamente, em Lisboa, Spínola pretendia encarregar-se pessoalmente do caso angolano. Na verdade, dias antes da reunião de Luanda, Spínola encontra-se com o presidente do Zaire, Mobutu, na Ilha do Sal, a 14 de Setembro para discutir temas como a questão de Cabinda e possíveis contactos com Holden Roberto, líder da FNLA, no sentido de se estabelecer um cessar-fogo no norte de Angola. O encontro foi secreto, não tendo sido informada nem a Junta Nacional de Salvação nem o Governo Provisório. De acordo com Guerra (1988), baseado em entrevista a Rosa Coutinho, o acordo entre Spínola e Mobutu implicava o reconhecimento pelo Zaire da independência de Angola, desde que o poder fosse entregue à FNLA e a pequenos grupos políticos que representariam os colonos, e desde que Cabinda ficasse sob administração da FLEC³² como protetorado comum de Angola e Zaire. O autor avança ainda com interpretações adicionais, segundo as quais o governo provisório de Luanda seria, no âmbito desse acordo, composto pela FNLA, UNITA e elementos brancos, estando ainda previsto um período de vinte anos para que sociedades económicas portuguesas e transnacionais prosseguissem as suas atividades.³³

³² Grupo que luta pela libertação e independência do enclave de Cabinda.

³³ *Diário de Luanda*, 21 de Outubro de 1975. Spínola dedica-se à descolonização angolana, tendo criado, inclusivamente, a Comissão Nacional de Descolonização. A proposta de condução da descolonização por Spínola foi bem recebida pelas comunidades brancas, pela FNLA e pela UNITA. Medeiros Ferreira considera que esta tentativa foi “*uma das últimas oportunidades para a representação política autónoma dos colonos portugueses no processo de independência de Angola*” (1993: 72).

III. Capitalismo e nacionalismos brancos

Entretanto, em Portugal, com o falhanço do 28 de Setembro³⁴, multiplicam-se os grupos terroristas e nacionalistas, dos quais se destaca o ELP – Exército de Libertação de Portugal, o qual mantinha relações com a CIA, Rodésia, África do Sul, grupos económicos e Jorge Jardim (Guerra, 1988). À organização juntou-se ainda o MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal, criado por Spínola. No chamado Verão Quente de 1974 surge ainda o CODECO – Comandos Operacionais para a Defesa da Civilização Ocidental.

A emergência dos grupos de nacionalismo branco com aspirações independentistas participaria no objetivo de construir uma 'Terceira África'³⁵ – plano promovido por África do Sul e apresentado a Angola, Moçambique, Rodésia, Malawi, Botswana, Lesoto, Suazilândia e Zâmbia. O plano visava assegurar o apartheid e alargar os mercados. Amílcar Cabral e Marc Olivier discutem,

a associação cada vez maior entre Portugal e a África do Sul, e que tem levado ao aumento da imigração branca para Angola e Moçambique, estando na origem da criação de indústrias ligeiras dedicadas à produção de bens de consumo ou do processamento inicial de matérias-primas, deve ser vista como parte de uma tentativa para reforçar o 'poder branco' a uma escala continental. [...] Há, pois, um desígnio mais amplo e mais fundamental que é o de estabelecer uma verdadeira linha de defesa à presença imperialista e dos seus interesses na África austral, a partir do reforço do apartheid e de um Estado dirigido por brancos, por um lado, e, por outro, na crescente exploração dos recursos naturais e da força de trabalho africana (1975: 119).

Como mencionado anteriormente, estes projectos neocoloniais são indissociáveis dos propósitos de assegurar a exploração capitalista dos territórios. Na prossecução destes objectivos, desempenhavam um papel de relevo não só as potências coloniais da região, mas também os

³⁴ Após a independência da Guiné e do fracasso da rebelião dos colonialistas em Moçambique, é decidida a 9 de Setembro a realização de uma manifestação a 28 daquele mês. A organização terá sido promovida pelo Partido Liberal e financiada pelo Grupo Espírito Santo (Guerra, 1988). O 28 de Setembro precipita, no entanto, demissão de Spínola, formalizada a 30 do mesmo mês, e a sua substituição por Costa Gomes.

³⁵ Veja-se Rhoodie, 1968.

interesses do capital do Ocidente. De fato, em Moçambique, os EUA tinham projectos para fazer de Nacala um porto de abrigo para a sua 7ª Esquadra, assegurando desse modo o controlo das rotas do Índico. A Gulf Oil detinha também, desde 1948, concessão para prospecção de petróleo e gás natural ao largo da costa moçambicana. Durante os anos 60, vários consórcios instalaram-se no território (Hurst International e Oppenheimer/Elf). Em Angola, na década de 1960, a Gulf Oil Company iniciou exploração de petróleo em Cabinda, a Companhia Francesa de Petróleos e a TEXACO associaram-se à Petrangol para formar a Angol, a KRUPP investiu na exploração de ferro em Cassinga e a De Beers, a Anglo-American Corporation of South Africa, a Oppenheimer e outros grupos americanos e belgas começaram a investir no sector diamantífero. Tudo isto vem a demonstrar que o suposto isolamento político e diplomático a que Portugal aludia, num suposto espírito sacrificial, vinha sendo acompanhado, na verdade, por fortes investimentos de capital estrangeiro. Um dos actores entrevistados em contexto de trabalho de campo em Luanda, considerava o seguinte:

É preciso não esquecer que África do Sul era administradora da Namíbia, do então Sudoeste Africano. E receava que uma independência de Angola pró-comunista... a situação da Namíbia iria sofrer alguma turbulência, nomeadamente com um maior apoio ao movimento de libertação. Este é um lado. O outro lado tinha a ver com as perspectivas de desenvolvimento que estavam estebelcidas entre África do Sul e Angola-Portugal e o Sudoeste Africano. A Namíbia carente de água; a água com origem em Angola; projectos de construção da barragem do Cunene.... Estes tinham uma participação (mesmo que não totalmente assumida) da África do Sul. Aliás, essa situação serviu de pretexto para a primeira invasão dos sul-africanos. A primeira invasão foi justificada como visando salvaguardar a fonte de água para a Namíbia. Esses projectos são da década de 60, mas tomam um grande impulso já na década de 70.³⁶

³⁶ Luanda. Novembro de 2012.

Conclusão

Esta abertura crítica às transições políticas vividas em Angola e Moçambique, em relação a Portugal, entre 1974 e 1975 mostram como a problemática da descolonização portuguesa constitui ainda hoje um vasto espaço para questionamentos múltiplos de cariz histórico e sociológico. Procurando desvelar a multitudine e a diversidade de experiências e atores que uma leitura linear daquela exclui, urge identificar territórios de investigação ainda não plenamente explorados, como é o caso da questão relativa aos 'nacionalismos brancos' e das relações historicamente constituídas entre as suas manifestações e a construção dos territórios de Angola e Moçambique como colónias de povoamento. A análise dos projectos independentistas rivais de cariz neocolonial é, igualmente, demonstrativa da complexidade das arenas políticas e do papel jogado quer pelas forças do capitalismo internacional, quer por atores regionais.

Referências

- Cabral, Amílcar; Olivier, Marc (1975), *The War in Angola: a socio-economic study*. Dar Es Salam. Disponível em http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=BIBLIOTECA_DIGITAL&nome_da_pasta=019050&numero_da_pagina=133. Consultado a 13 de Julho de 2012.
- Caetano, Marcello (1969), *Portugal Não Pode Ceder* (discurso pronunciado no Palácio das Necessidades em 6 de Outubro de 1969). Lisboa: SEIT.
- Caetano, Marcello (1970), *Revisão Constitucional (Discurso proferido perante a Assembleia Nacional, a 2 de Dezembro)*. Lisboa: SEIT.
- Caetano, Marcello (1976), *O 25 de Abril e o Ultramar: três entrevistas e alguns documentos*. Lisboa: Verbo.
- Carvalho Filho, s/d, *As relações étnicas em Angola: as minorias branca e mestiça (1961-1992)*. Fórum de quadros angolanos e angolanistas. Disponível em http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r_etnicas.htm. Consultado a 9 de Julho de 2012.
- Castilho, Rui de (2002), *O Capitão do Fim*. Lisboa: Prefácio.
- Cruz, Pompílio da (1976), *Angola. Os vivos e os mortos*. Lisboa: Editorial Intervenção.

- Ferreira, José Medeiros (1993), A descolonização: seu processo e consequências» in José Mattoso (org.), *História de Portugal. Portugal em transe*. Vol. VIII. Lisboa: Círculo de Leitores, 53 – 103.
- Guerra, João Paulo (1988), *Os 'Flechas' Atacam de Novo*. Lisboa: Caminho.
- Heimer, Franz Wilhem (1980), *O Processo de Descolonização em Angola, 1974 - 1976*. Lisboa: Edições A Regra do Jogo.
- Jardim, Jorge (1976), *Moçambique, Terra Queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção.
- MacQueen, Norrie (1997), *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. Londres: Longman.
- Oliveira, Bernardino (org.) (1978), *Aqui (Portugal) Moçambique*. Famalicão: Edição do autor.
- Rhodie, Eschel (1968), *The Third Africa*. Nova Iorque: Twin Circle
- Ruas, Henrique Barrilaro (s/d), *A Revolução das Flores: o governo de Palma Carlos*. Lisboa: Editorial Aster.
- Saavedra, Ricardo de (1975), *Aqui Moçambique livre*. Johannesburg: Livraria Moderna.
- Silvério Marques, Silvino (2010), *Qual de nós terá razão?* Lisboa: Prefácio.
- Spínola, António (1974), *Portugal e o Futuro*. Lisboa: Ática.